



ORIGEM E IMPLEMENTAÇÃO DO 5º GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO EM BELÉM-PA (1902-1906)

ORIGIN AND IMPLEMENTATION OF THE 5th ELEMENTARY SCHOOL BARÃO DO RIO BRANCO IN BELÉM-PA (1902-1906)

ORIGEN E IMPLEMENTACIÓN DEL 5º GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO EN BELÉM-PA (1902-1906)

Mário Allan da Silva Lopes¹

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França²

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar como se deu a criação e implementação do 5º grupo escolar Barão do Rio Branco em Belém-PA no período de 1902 a 1906. É uma pesquisa documental, que utilizou como fontes históricas o Decreto nº 625 de 1899, o livro de Virgílio Oliveira de 1903, mensagens de governadores (1899-1900), o Diário Oficial de 1900, dentre outras. Dialogamos com Nosella e Buffa (2013), Sanfelice (2007), Souza (2014), Sarges (2010), Schueler e Magaldi (2009), Nery (2013), entre outros. O 5º grupo escolar foi criado pelo Decreto Nº 1.133, de 22 de março de 1902. Funcionou inicialmente em um prédio alugado e, em 1906, o Governo do Pará comprou um prédio próprio. Foi uma instituição com elevado número de matrículas e participou da formação intelectual e social de alunos e alunas, o que muito se buscava no período republicano.

Palavras-chave: Grupo Escolar. Instituição Educativa. Formação. República.

Abstract: This paper discusses how the 5th elementary school Barão do Rio Branco was created and implemented in Belém-PA from 1902 to 1906. It is a documentary research, which used as historical sources Decree N. 625 of 1899, the book by Virgílio Oliveira of 1903, governors' messages (1899-1900), Federal Register of 1900 and Report of the 5th elementary school of 1909. We dialogued with Nosella and Buffa (2013), Sanfelice (2007), Souza (2014), Sarges (2010), Schueler and Magaldi (2009), Nery (2013), among others. The 5th elementary school Barão do Rio Branco was created by Decree N. 1,133, of March 22nd, 1902. Initially, it operated in a rented building, and, in 1906, Pará State Government purchased its own building. It was an active institution with a large amount of registrations, and participated in the intellectual and social training of students, a much-awaited goal in the republican period.

Keywords: Elementary School. Educational Institution. Training. Republic.

¹ Universidade do Estado do Pará. Belém, Pará, Brasil.

² Universidade do Estado do Pará. Belém, Pará, Brasil.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar cómo el 5º grupo escolar de Barão do Rio Branco fue creado e implementado en Belém-PA de 1902 a 1906. Se trata de una investigación documental, que utilizó como fuentes históricas el Decreto nº 625 de 1899, el libro de Virgílio Oliveira de 1903, los mensajes de los gobernadores (1899-1900), el Boletín Oficial de 1900, entre otros. Dialogamos con Nosella y Buffa (2013), Sanfelice (2007), Souza (2014), Sarges (2010), Schueler y Magaldi (2009), Nery (2013), entre otros. El 5º grupo escolar fue creado por el Decreto Nº 1.133 del 22 de marzo de 1902. Inicialmente funcionó en un edificio alquilado y en 1906 el Gobierno del Pará compró su propio edificio. Era una institución muy concurrida en cuanto a la matrícula y participaba en la formación intelectual y social de los estudiantes, muy solicitada en el período republicano.

Palabras clave: Grupo Escolar. Institución Educativa. Entrenamiento. República.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre o Grupo Escolar Barão do Rio Branco se insere no campo das Instituições Escolares, que vem cada vez mais tomando forma no Brasil a partir dos anos 1990. Segundo Nosella e Buffa (2013), atualmente, o estudo de instituições escolares tem sido cada vez mais recorrente no campo da História da Educação. Os pesquisadores têm possibilidades de realizarem os estudos através de várias perspectivas, como afirma Sanfelice (2007, p. 77), “os caminhos para adentrar-se numa instituição são inúmeros”. Nosella e Buffa (2013) e Sanfelice (2007) partem do mesmo ideal ao concordarem que o maior desafio é adentrar a instituição com o olhar de pesquisador, pois desde o prédio da escola até as cadeiras das salas se constituem como fontes de pesquisa.

Posso chegar à instituição pela legislação educacional, pelo seu currículo. Pelo seu quadro de alunos, pela sua proposta pedagógica, pela sua cultura manifesta, pelos trabalhos escolares, pela arquitetura do prédio, pelos professores que dela participaram, pelos ex-alunos, pelo mobiliário, pelas memórias, pela historiografia preexistente ou por arquivos e fontes múltiplas (escritas, orais, imagens sons e outras). (SANFELICE, 2007, p.77)

No entanto, é essencial termos atenção nos estudos sobre as instituições escolares. É importante não se deter à análise de apenas um tipo de fonte, pois ela não dará conta de reconstituir a história solitariamente, correndo o risco de dar uma falsa ideia da instituição. De acordo com Sanfelice (2007, p. 77), “pode-se dizer que uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações de variadíssimas instâncias (política, econômica, cultural)”.

Os estudos das instituições escolares têm se configurado como essenciais nos processos de reconhecimento social, político e cultural do ser humano. Eles nos permitem repensar o modelo de educação construída, possibilitando a construção de novas metodologias. Considerando que o ser



humano constrói sua história, marcada por lutas e conquistas sociais, faz-se necessário conhecer o seu processo formativo situado no tempo e no espaço.

Segundo Souza (2014), no fim do século XIX, os governistas republicanos implantaram em São Paulo, no ano de 1893, um modelo escolar considerado moderno para a época. A criação dos grupos escolares marcou a renovação da era republicana, promovendo uma formação mais eficiente aos professores, a introdução de métodos ligados à prática e experiência, e espaços bem mais organizados para o funcionamento dessas instituições. Nesse sentido,

No âmbito das instituições escolares, a criação dos grupos escolares foi o marco da modernização educacional paulista. A superioridade organizacional e material dos grupos escolares fez com que fossem considerados estabelecimentos escolares arquetípicos do que de melhor havia no ensino público primário. (SOUZA, 2014, p. 105)

Ainda conforme Souza (2014, p.109), no século XX, os grupos escolares difundiram-se por todo o Brasil, tornando-se um modelo de instituição que deveria acompanhar o “[...] processo de urbanização e democratização do ensino público”. Essa expansão escolar se deu inicialmente no estado de São Paulo, reunindo características das escolas graduadas, que eram instituições modelos que já funcionavam em países europeus e nos Estados Unidos.

O estado do Pará na Primeira República manteve relações comerciais com países europeus, principalmente com a França, buscando divulgar produtos agrícolas e manufatureiros. Isso favoreceu uma intensa relação entre o Pará e a França no que tange a questões econômicas, culturais e educacionais. Segue um trecho da fala do governador Dr. José Paes de Carvalho que discursa sobre a criação de um espaço comercial em Paris, que serviria para exposição de produtos paraenses:

Já vos fiz uma vez a indicação, que de novo submeto à vosso exame, de criar-se na Europa um serviço modesto e prático de propaganda em favor de nossos interesses. Aproximando-se o momento da grande exposição universal de 1900, urge que nos ocupemos de criar com base daquele serviço uma Câmara de Comércio, em Paris, que a um tempo seja um centro de informações exatas, gratuitamente fornecidas ao Comércio, aos industriais de toda a espécie, aos capitalistas, e o lugar de permanente exibição de nossos produtos extrativos, agrícolas e manufatureiros. (PARÁ. Mensagem de 7 de abril de 1899, p. 50)

As relações estabelecidas entre o Brasil e os países considerados mais desenvolvidos contribuíram para a sua modernização. Cada estado brasileiro deveria modernizar o seu sistema de transporte, de saúde, de comércio e de educação. Pensadores da história da modernidade influenciaram a elite política e intelectual do Pará.



Segundo Sarges (2010, p.27), em meados do século XIX e nos primórdios do século XX, o Brasil seria alvo de mudanças políticas e ideológicas, que culminariam na “[...] transformação do espaço público, do modo de vida, à propagação de uma nova moral e à montagem de uma nova estrutura urbana”. Belém seria uma dessas cidades que estariam adaptando-se aos novos costumes, muitos deles introduzidos por países europeus. Sendo assim,

[...] a cidade de Belém do Pará apresentaria, assim, a partir da segunda metade do século XIX, tentativas de adaptação aos modernos costumes europeus, num profundo contraste com a realidade amazônica, além das tensões sociais geradas por uma nova ordem social capitalista emergente. (SARGES, 2010, p. 33)

A chamada Belle Époque (do francês, ‘bela época’) retrata de forma significativa esse desenvolvimento que a modernidade trouxe ao Pará, como afirma Sarges (2010, p. 27, p. 113):

No final do século XIX e início do XX, assistiu-se, na sociedade brasileira, à transformação do espaço público, do modo de vida, à propagação de uma nova moral e à montagem de uma nova estrutura urbana, cenário de controle das classes pobres e do aburguesamento de uma classe abastada.

Em 1912, foi inaugurado o Cinema Olímpia “com vasto e agradável salão de projeção e outro de concerto e de espera”, transformado em local de lazer da pequena burguesia. Os “coronéis da borracha” davam-se ao prazer de ter suas cocottes (prostitutas de luxo), muitas delas europeias, como “Panchita” (espanhola), “Raito de Ouro” (espanhola), Margot (francesa), frequentadoras das sessões das sextas-feiras do Cinema Olímpia, onde exibiam os vestidos luxuosos que mandavam buscar na Europa e joias da Casa Krause.

As instituições escolares também seriam exemplos da modernização. Os grupos escolares ganhavam construções arquitetônicas luxuosas em muitos estados brasileiros, principalmente em suas capitais. O 5º grupo escolar Barão do Rio Branco foi um desses grupos da capital que foi instalado em um prédio moderno, como indicamos mais adiante. Todo o espaço escolar foi pensado com o intuito de modernizar a educação que o Governo buscava trazer para o Pará, assim como se dava em outros estados, como é apresentado no trecho a seguir:

O modelo formulado e disseminado era o do grupo escolar, em que assumiam grande relevo aspectos como a construção de prédios considerados apropriados para a finalidade educativa, o trabalho escolar apoiado no princípio da seriação e no destaque conferido aos métodos pedagógicos, entre os quais se situava, especialmente, o método intuitivo; a divisão e hierarquização da atuação dos profissionais envolvidos no cotidiano da escola; a racionalização dos tempos escolares; o controle mais efetivo das atividades escolares, entre outros. (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p. 43)

Diante disso, esta pesquisa documental, conforme Bacellar (2005), tem por objetivo analisar como se deu a criação e implementação do 5º grupo escolar Barão do Rio Branco em Belém-PA no período de 1902 (data em que se criou o grupo) até 1906 (ano em que se adquiriu um prédio próprio



para o funcionamento do grupo). Para dar conta deste estudo, foi realizada uma pesquisa do tipo documental, que se valeu de documentos históricos acerca da instituição, como o Decreto Nº 625 de 1899, o livro de Virgílio Oliveira de 1903, mensagens de governadores (1900-1907), o Diário Oficial de 1900, dentre outras fontes e autores que ajudaram a compor este trabalho.

2 O PARÁ E O PROCESSO DE CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES

O Pará nos anos de 1899 a 1903, conforme Oliveira (1903), era um estado de grande extensão territorial, considerado maior que muitos países da Europa. Sua superfície era em torno de 1.149.712 km² quadrados, sendo maior que França, Alemanha, Suíça e Holanda. Seus limites territoriais compreendiam ao norte, as Guianas francesa, holandesa e inglesa; ao sul, os estados de Goiás e Mato grosso, a leste o Oceano Atlântico e o estado do Maranhão, a oeste o estado do Amazonas. Em 1900, segundo Sarges (2010), o Pará possuía uma população em torno de 445.356 habitantes e os principais bens de exportação eram borracha, cacau, castanha e fumo. A economia contribuiria significativamente para o desenvolvimento do estado.

O 5º grupo escolar foi instalado em Belém, capital do Pará, em 1902. Por ser a capital, a cidade de Belém foi agraciada com muitas obras que contribuía com o seu embelezamento. Em 1900 era em torno de 96.560 habitantes na referida cidade, conforme aponta Sarges (2010), a população de Belém.

A modernização da educação já se fazia presente no Brasil desde a segunda metade do século XIX. Segundo Nery (2013), no séc. XIX, houve no Pará debates sobre a escolarização da população, tendo o Governo Provincial expedido várias medidas com o objetivo de fomentar essa ação.

Em 1899, teve início o processo de implantação dos grupos escolares no estado do Pará pelo governador Dr. José Paes de Carvalho, que era médico humanista, formado em Lisboa. Atuou como médico na Santa Casa de Misericórdia do Pará e foi um dos fundadores do Clube Republicano do Pará (1886), cujos ideais eram difundir o pensamento republicano na Província do Pará. Segundo o site do Senado Federal³, na seção de biografias, Paes de Carvalho tornou-se político, sendo, inicialmente, senador no ano de 1890 e, posteriormente, governador do Pará entre os anos de 1897 a 1899.

³ Disponível em: www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1964>. Acesso em: 25 mar. 2017.



No governo de José Paes de Carvalho, foram criados e implantados os primeiros grupos escolares no Pará. Com o Decreto de Nº 625, de 02 de janeiro de 1899, o ensino primário passou a ser ofertado em grupos escolares. Abaixo segue um pequeno trecho do decreto:

O Governo do Estado usando da autorização que lhe foi concedida pela lei n. 593 de 25 de junho do ano findo, resolve decretar a reforma do ensino primário do Estado, mandando que se observe o *Regulamento Geral do Ensino Primário* que com este baixa.

[...] Art. 84 – Nos distritos escolares da capital e nas sedes dos municípios nos quais houver pelo menos quatro escolas de ambos os sexos, no raio fixado para a obrigatoriedade, o Governo poderá reuni-las e fazê-las funcionar em um só prédio⁴. (PARÁ, Decreto n. 625 de 2 de janeiro de 1899, p. 04, 24)

Os grupos escolares foram criados com o intuito de modernizar a educação do estado, considerada por Dr. José Paes de Carvalho como um ramo da administração que deveria estar livre dos poderes do Estado, permitindo que somente as doutrinas e os métodos, nesse caso, os do pensamento moderno, orientassem os processos educacionais no Pará. E o governador ainda complementou:

Essa concorrência, que jamais deverá exercitar-se ferindo os preceitos da moral comum, permitiria o advento dos sistemas mais adequados ao conjunto das leis da inteligência e às necessidades práticas da existência. Entretanto o governo ainda é obrigado e será por muito tempo ainda, a intervir nesta matéria, porque infelizmente ainda bem pouco se pode esperar da iniciativa individual ou coletiva. (PARÁ. Mensagem de 07 de abril de 1899, p. 48)

O governador Dr. José Paes de Carvalho, em seus discursos sobre a educação, se mostrava adepto do pensamento moderno, considerando-o capaz de mostrar as verdades da ciência para os alunos das escolas primárias. Não era somente o ensino primário que recebia as atenções do Governo de Paes de Carvalho, ele também tinha como meta expandir a modernização para a reorganização da Escola Prática de Agricultura e a Escola Prática de Comércio e Contabilidade. Abaixo, destacamos outro trecho da fala do governador, discursando sobre a importância da ciência moderna:

Deste ponto de vista, que é real, ao qual a autoridade governamental, queira ou não, tem de submeter-se, desde os primeiros dias de minha administração defendi a conveniência de guiar-se essa intervenção necessária: 1.º pelo característico do ensino moderno, qual é o de proporcionar aos educandos todos os meios que os familiarizem com as verdades da ciência e a manifesta utilidade de suas aplicações; 2.º pela eficácia da ação combinada do Poder Público com a iniciativa privada. (PARÁ. Mensagem de 07 de abril de 1899, p. 48)

O Governo do Pará, vez ou outra, enviava especialistas da área da educação para viagens a países europeus, com o intuito de apreenderem o que de mais moderno e eficiente havia nos ramos

⁴ As citações, quando houver necessidade, serão adaptadas à atual norma padrão da língua portuguesa.



da educação estrangeira e, assim, garantirem a eficácia do processo educacional. Essas viagens também serviriam para tornar conhecidas as produções e publicações de livros no exterior, com a finalidade de contribuir com as publicações de livros paraenses para serem utilizados nas escolas. O Dr. Paulino de Almeida Brito, em 1900, foi autorizado pelo Governo a passar seis meses na Europa, para conhecer o processo de produção de livros didáticos para as escolares elementares. Abaixo segue um trecho retirado do Diário Oficial autorizando a sua viagem.

Expediente do secretário

Secretária do Estado do Pará – Belém, 4 de julho de 1900 – Sr. Dr. Chefe de segurança.

Comunico-vos, para os devidos fins, que Sr. Dr. Governador do Estado, resolveu comissionar o Dr. Paulino d’Almeida Britto, durante 6 meses, para ir à Europa estudar assuntos relativos a instrução primária e iniciar a publicação de uma série de livros elementares com que deseja metodizar o ensino entre nós, devendo durante aquele tempo ser-lhe abonado o ordenado de cargo de secretário desse estabelecimento e ficar a respectiva gratificação em favor de seu substituto – Saúde e fraternidade.

Augusto Olympio de Araujo e Souza.

(PARÁ. Diário Oficial do Estado do Pará, 4 de julho de 1900, p.04)

Com todo esse aparato especial, o governador buscava a modernização da educação, a partir de professores mais qualificados, materiais escolares de qualidade, um currículo que satisfizesse o novo pensamento em vigor. Almejava que o Pará se tornasse um dos mais conceituados estados do Brasil, dispendo-se assim de um programa educacional que satisfizesse o momento histórico que estava sendo vivenciado, conforme ele próprio afirmou:

Dispendo assim de um programa que satisfaz as exigências do moderníssimo ensino profissional, armado de um pessoal docente de competência comprovada e que fiz contratar em meios onde os poderia achar na altura das nossas necessidades, instalado já o novo edifício que preenche satisfatoriamente as suas exigências materiais, podemos afirmar que dentro de pouco tempo, que permita-lhe o funcionamento perfeito, possuiremos o primeiro e mais importante estabelecimento de ensino profissional da América do Sul. (PARÁ. Mensagem de 1º de fevereiro de 1900, p. 60)

Diante desse quadro educacional, o Governo instituiu em 11 de julho de 1900, por meio do Decreto Nº 874, um Congresso Pedagógico que se destinava ao desenvolvimento do ensino público, funcionando em sessões que duravam em torno de vinte dias, podendo se estender por mais dez dias. Esse congresso era formado por sessenta e cinco membros, entre *natos*, que eram os participantes não eleitos, e os *eletivos*, que eram os eleitos como o próprio nome sugere. Entre os participantes natos, estavam o delegado do governador perante o Conselho Superior de Instrução Pública, os inspetores de ensino, o lente de pedagogia e legislação do ensino da Escola Normal, o diretor geral do serviço sanitário, o diretor geral das obras e trabalhos públicos, o diretor do museu



e o diretor da biblioteca pública. Entre os membros eletivos, estavam trinta e um representantes do magistério público primário, três representantes do magistério primário particular e um representante de cada um dos seguintes estabelecimentos de ensino: Liceu Paraense, Escola Normal, Instituto Lauro Sodré, Liceu Benjamin Constant, Instituto Gentil Bittencourt, Instituto Carlos Gomes, Escola Belas Artes Instituto Cívico Jurídico Paes de Carvalho e Escola Prática de Comércio. As reuniões do Congresso Pedagógico discutiam:

Assuntos sobre o ensino público em todas as suas ramificações;
Medidas importantes tendentes ao progresso e levantamento da instrução pública;
Pontos duvidosos ou omissos nas leis que regiam o ensino público;
Os direitos dos professores e medidas proveitosas para o seu bem-estar e o bom proveito da missão de professor. (PARÁ, Decreto n. 874 de 11 de julho de 1900, p. 234)

O principal papel desse Congresso era discutir pautas relacionadas ao ensino público. As discussões diziam respeito às metodologias de ensino, às disciplinas, ao material escolar, bem como à destinação dos fundos financeiros para a educação, entre outras questões, com o intuito de contribuir para o avanço e melhoria do ensino público. Muitos discursos fizeram parte das reuniões desse Congresso, defendendo a modernização da educação.

A educação não seria alvo de discursos modernos somente dos intelectuais da educação, mas também de representantes das áreas sanitaristas. Percebemos, durante parte do período imperial brasileiro, um crescimento da importância da higienização da população, visto que vários especialistas da modernidade passaram a discutir ativamente a vida da população e os rumos mais “corretos” que essa deveria tomar, para que assim se mantivesse um estado moderno, em ordem e progresso.

Um dos exemplos desses discursos médicos na educação se encontra no próprio Decreto Nº 625/1899, que criou os grupos escolares, o qual informa que os alunos que não estivessem bem de saúde, por conta de doenças contagiosas, estariam impedidos de se matricular nos grupos escolares. O trecho abaixo do Decreto Nº 625/1899 demonstra com clareza:

SEÇÃO V

Art. 124 – Não serão admitidos à matrícula:

[...] e) os que sofrerem de moléstias contagiosas ou repugnantes;

d) os que não provarem haverem sido vacinados, ou terem sido afetados de varíola.

(PARÁ, Decreto n. 625 de 2 de janeiro de 1899, p.33)

Como podemos ver, havia uma preocupação com o combate às doenças contagiosas, como varíola e febre amarela, nesse sentido, os discursos médicos vinham com o intuito de ajudar a contribuir com a prevenção dessas doenças, impedindo-as de se propagarem.



Exatamente nesse contexto, marcado pelos discursos da modernidade, foram criados os grupos escolares no Pará. Eles representavam aquilo que o Governo paraense esperava a respeito do civismo, patriotismo e modernização social. Os professores dos grupos escolares teriam a responsabilidade de formar as crianças para que, no futuro, o Pará respirasse civilidade e moral republicana e em Belém, o 5º grupo escolar seria uma das grandes representações desse novo pensamento.

3 A CRIAÇÃO DO 5º GRUPO ESCOLAR EM BELÉM DO PARÁ

Após o término do governo de José Paes de Carvalho, o governador que o sucedeu foi o Dr. Augusto Montenegro, político e advogado paraense, responsável pela lei que criou os municípios de Amapá e Montenegro, territórios de domínio francês até 1899 (OLIVEIRA, 1903).

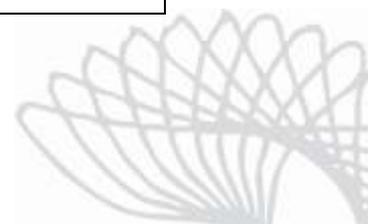
Quando Augusto Montenegro assumiu o governo em 1901, iniciou-se um processo de expansão dos grupos escolares no estado. Por volta do início do ano de 1902, o então governador nomeou uma comissão de professores, chefiada pelo Dr. Desembargador Augusto Olympio, que ficou responsável por verificar se, no tocante à proposta educacional vigente naquele momento, havia convergência entre a opinião do governador e a do professorado, para que assim pudessem preparar uma nova organização do ensino, a qual se faria pela Lei Nº. 834/1903, que reorganizou o ensino primário no estado do Pará.

Antes da posse de Augusto Montenegro, havia oito grupos escolares criados em todo o estado do Pará, ainda na administração do Dr. Paes de Carvalho. Eram sete grupos no interior e um na capital, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 - Grupos escolares criados no governo Paes de Carvalho.

Governo do Dr. Paes de Carvalho	
Grupo	Decreto de Criação
Grupo José Veríssimo	Dec. Nº 935, de 7 de janeiro de 1901.
Grupo de Soure	Dec. Nº 807, de 28 de junho de 1900.
Grupo de Curuçá	Dec. Nº 806, de 22 de janeiro de 1900.
Grupo de Bragança	Dec. Nº 805, de 22 de janeiro de 1900.
Grupo de Alemquer	Dec. Nº 722, de 10 de julho de 1899.
Grupo de Santarém	Dec. Nº 832, de 3 de abril de 1900.
Grupo de Cameté	Dec. Nº 896, de 19 de setembro de 1900.
Grupo de Óbidos	Dec. Nº 941, de 23 de janeiro de 1901.

Fonte: PARÁ, Mensagem de 7 de setembro de 1907, p.26.



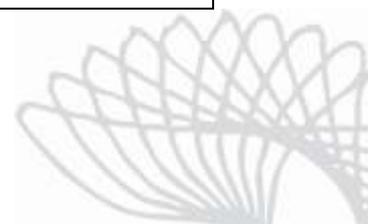
Com a proposta do governo de Augusto Montenegro em expandir os grupos escolares no estado, durante a sua administração, foi possível contabilizar um total de trinta e seis grupos em todo o Pará até o ano de 1908. O seu programa educacional de Governo consistia em:

- a) reunir as escolas em grupos nos centros mais povoados; b) suprimir por inúteis as escolas de lugares e povoados, guardando as sedes de municípios e as das vilas mais importantes em que grupos não pudessem ser constituídos; c) dotar grupos e escolas restantes de bom material escolar; d) fundar alguns internatos em torno dos quais se constituíssem externatos que servissem de centro para a população escolar; e) organizar uma inspeção escolar que oferecesse todas as condições de idoneidade e praticabilidade. (PARÁ. Mensagem de 7 de setembro de 1907, p. 26)

Seguindo o plano de expansão dos grupos, o governo Augusto Montenegro criou mais grupos escolares e com o Decreto Nº 1.423 de 12 de janeiro de 1906, ele deu numeração aos grupos que estavam instalados na capital paraense. Abaixo segue o quadro dos grupos escolares criados no governo Augusto Montenegro e os grupos da capital com as suas respectivas numerações:

Quadro 2 - Grupos escolares criados no governo de Augusto Montenegro.

Governo do Dr. Augusto Montenegro	
Grupo	Decreto de Criação
4º Grupo Escolar (José Veríssimo)	Criado no governo de Paes de Carvalho (Ver quadro 1). Recebe numeração a partir do Decreto Nº1.423/1906.
Grupo de Maracanã	Dec. Nº 1.009, de 4 de maio de 1901.
.6º Grupo (Capital)	Dec. Nº 1.029, de 8 de junho de 1901.
Grupo de Vígia	Dec. Nº 1.057, de 31 de julho de 1901.
2º Grupo (Capital)	Dec. Nº 1.067, de 12 de agosto de 1901.
1º Grupo (Capital)	Dec. Nº 1.133, de 22 de março de 1902.
5º Grupo (Capital)	Dec. Nº 1.133, de 22 de março de 1902.
Grupo de Marapanim	Dec. Nº 1.180, de 22 de dezembro de 1902.
3º Grupo (Capital)	Dec. Nº 1.190, de 7 fevereiro de 1903 (desanexado da Escola Normal pelo dec. Nº 1.413, de 12 de janeiro de 1906).
Grupo de Abaeté	Dec. Nº 1.195, de 9 de março de 1903.
Grupo de Castanhal	Dec. Nº 1.276, de 6 de fevereiro de 1904.
Grupo de Baião	Dec. Nº 1.288, de 18 de março de 1904.
Grupo de Igarapé-Miri	Dec. Nº 1.294, de 6 de abril de 1904.
Grupo de Pinheiro	Dec. Nº 1.295, de 8 de abril de 1904.
Grupo de Muaná	Dec. Nº 1.299, de 23 de abril de 1904.
Grupo de Mosqueiro	Dec. Nº 1.319, de 4 de julho de 1904.
Grupo de Mocajuba	Dec. Nº 1.345, de 24 de dezembro de 1904.
Grupo de Santa Izabel	Dec. Nº 1.370, de 6 de abril de 1905.
Grupo de Faro	Dec. Nº 1.378, de 8 de junho de 1905.



7º Grupo (Capital)	Dec. Nº 1.409, de 9 de janeiro de 1906.
Grupo de Gurupá	Dec. Nº 1.443, de 9 de julho de 1906.
Grupo de Mojú	Dec. Nº 1.477, de 2 de janeiro de 1907.
Grupo de Vizeu	Dec. Nº 1.478, de 7 de janeiro de 1907.
Grupo de São Caetano de Odívelas	Dec. Nº 1.484, de 26 de janeiro de 1907.
Grupo de Igarapé-Açú	Dec. Nº 1.517, de 26 de junho de 1907.

Fonte: PARÁ, Mensagem de 7 de setembro de 1907, p.27.

Na capital, a organização espacial dos grupos escolares compreendia as áreas que pudessem abranger a maior quantidade de aluno possível, para que assim alcançassem um número de matrículas significativo. Os grupos da capital, de acordo com o documentário da SEDUC (PARÁ, 1987), localizavam-se nos seguintes endereços:

Quadro 3 - Grupos Escolares de Belém.

Grupo	Endereço
1º Grupo Escolar	Rua Siqueira Mendes
2º Grupo Escolar	Trav. Benjamin Constant
3º Grupo Escolar	Rua Santo Antonio
4º Grupo Escolar	Rua Padre Prudêncio, entre Av. Conselheiro Furtado e Praça Batista Campos (atual Rua Presidente Pernambuco)
5º Grupo Escolar	Av. Nazaré
6º Grupo Escolar	Praça Santa Luzia
7º Grupo Escolar	Trav. Angustura, entre as Avenidas 25 de Setembro e Alm. Barroso.

Fonte: PARÁ, 1987.

Nos anos iniciais das instalações dos grupos escolares, o Governo comumente alugava prédios para sediar essas instituições. É o caso do 5º grupo escolar, que, antes de ter espaço próprio, ficou sediado no Palacete do Sr. Francisco Acácio Correia, o Barão de Guamá, ficava localizado à Av. Nazaré, onde, atualmente, funciona a Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM).

Segundo o governador Augusto Montenegro, o palacete do Barão de Guamá possuía boa estrutura e conservação. Poucas adaptações foram necessárias no momento em que o Governo decidiu alugar o prédio para instalar o 5º grupo. Foram feitos serviços como pintura externa e a construção de mais banheiros. Durante os anos de 1905 e 1906, pequenos reparos foram feitos para melhor adaptarem o prédio para o funcionamento o grupo. Ainda no ano de 1906, o governo de Augusto Montenegro adquiriu, para o Estado, um excelente prédio, localizado à Av. Generalíssimo



Deodoro, esquina com S. Braz (hoje, Av. Braz de Aguiar) pelo valor de 5.000 libras, e que viria a ser o novo espaço do 5º grupo escolar no ano de 1907.

É importante frisar que, de acordo com Frago (2001, p. 26), “o espaço escolar tem de ser analisado como um constructo cultural que expressa e reflete, para além de sua materialidade, determinados discursos”. Portanto, o espaço da escola é mais do que um objeto sem vida, pelo contrário, ele é vivo, construído por inúmeras relações sociais ali estabelecidas, por ideais republicanos, por projetos políticos, por metodologias, por reuniões e debates, dentre outras atividades que movimentavam a instituição.

Segundo Frago (2001), a localização do espaço escolar é também um ponto essencial para o projeto educacional que se pretendia instalar, nesse caso, na Primeira República brasileira. Questões relativas à segurança, higiene e crescimento populacional interfeririam diretamente na compra e construções de prédios próprios destinados aos grupos escolares.

4 O COTIDIANO DO 5º GRUPO ESCOLAR: PROFESSORES, MATRÍCULAS, AULAS E EXAMES

À época, conforme aponta o Decreto Nº 625/1899, os professores do ensino primário estavam divididos em quatro classes: efetivos, em comissão, interinos e substitutos. Os efetivos eram aqueles titulados pela Escola Normal; os considerados em comissão eram os que passavam a reger provisoriamente escolas de classe superior que estivessem vagas; os interinos eram normalistas nomeados para regerem interinamente escolas vagas, ou cidadão não titulado no mesmo caso; e, finalmente, os substitutos, que eram os que substituíam os professores efetivos e adjuntos efetivos, durante os seus impedimentos.

Outra classe também é mencionada no regulamento de 1899, os professores adjuntos. Segundo Souza (1998), os adjuntos eram os professores dos grupos escolares que haviam sido “recrutados” das escolas isoladas, principalmente, quando essas eram extintas e reunidas em grupos, e das escolas complementares, sendo que, geralmente, eram formados pela Escola Normal. Eles normalmente estavam associados a uma cadeira específica e tinham caráter permanente dentro da instituição, embora não gozassem de estabilidade dos efetivos.

As nomeações dos professores do 5º grupo escolar eram feitas pelo Governador do Estado, mediante proposta do Diretor Geral do Ensino, como se vê no Art. 152 do Regulamento da Instrução Pública de 2 de janeiro de 1899:



Art.152. ---As nomeações dos professores ou adjuntos efetivos, interinos ou em-comissão serão feitas pelo Governador do Estado, mediante proposta do Diretor Geral.

§Único. As nomeações dos substitutos serão feitas pelo Diretor Geral, ou pelos Inspectores do ensino com aprovação d'este. (PARÁ, Decreto n. 625 de 2 de janeiro de 1899, p.40)

Para exercer efetivamente o magistério público no Estado, era preciso reunir as seguintes exigências de acordo com o regulamento da Instrução Pública Primária Nº 625/1899: ser cidadão brasileiro nato ou naturalizado, não ter sido condenado e nem estar em processo de julgamento por crimes contra a moral e às leis da República, não sofrer de doença contagiosa, nem ter nenhum tipo de “defeito físico” que impedisse ou dificultasse o professor de exercer sua profissão; ter mais de 18 anos de idade sendo mulheres e ter 20 anos sendo homem, ser titulado pela Escola Normal do Estado do Pará e não ter sido condenado a perda da cadeira.

Além disso, tinham preferência para serem professores das escolas elementares, os que contemplassem as seguintes exigências: os normalistas que já tivessem regido escolas elementares, mas de entrância⁵ inferior, sendo verificado o tempo de atuação na entrância, a nota do diploma de normalista e o tempo no magistério.

Já os adjuntos normalistas, deveria verificar-se: a superioridade da entrância a que pertenciam; a nota do diploma da escola normal e o tempo no magistério. Os normalistas que ainda não tivessem exercido o magistério público, deveria observar-se: a nota do diploma, a média de aproveitamento durante o curso normal e o tempo de diplomado.

As vagas de adjuntos também eram preenchidas através da concorrência entre os normalistas, baseando-se na nota do diploma, média geral de aproveitamento durante o curso normal e idade.

Sobre os deveres dos professores, eles deveriam cumprir uma série de obrigações estabelecidas no regimento interno, além de algumas específicas do Decreto, como exemplo:

- Comparecer com pontualidade às aulas;
- Manter a ordem e disciplina na escola;
- Esforçar-se para que os alunos desenvolvam a inteligência;
- Esgotar os meios básicos antes de aplicar aos alunos qualquer correção disciplinar, e sempre, se for o caso, usá-la com moderação e critério;
- Fazer vacinar, até 30 dias a partir da data de matrícula, os alunos que ainda não tivessem sido vacinados;
- Organizar os mapas de matrícula e frequência trimestralmente em duas vias;
- Prestar as informações que lhe forem exigidas pelas autoridades do ensino e franquear a escola às pessoas que a quiserem visitar.

⁵Entrância consiste na classificação administrativa das comarcas e tem por objetivo evidenciar as características da região onde está instalada.



Zelar pela conservação dos materiais escolares;
Cumprir as ordens superiores. (PARÁ, Decreto n. 625 de 2 de janeiro de 1899, p.47)

Ainda sobre os deveres dos professores, o Art. 190 é minucioso ao expressar o que era vedado ao professor. Segue o trecho retirado do decreto:

Art.190. --- É expressamente vedado ao professor:

Residir fora da sede da escola e ausentar-se da mesma sem licença nos dias letivos.
Advogar, comerciar ou exercer qualquer indústria, ofício ou profissão incompatível com o exercício de suas funções.

Dirigir-se diretamente ao Governador do Estado, salvo o caso de queixa ou reclamação contra atos do Diretor Geral ou Conselho Superior.

Infringir castigos físicos aos alunos.

Ocupar-se ou ocupar os alunos durante as horas da aula em misteres⁶ estranhos ao ensino. (PARÁ, Decreto n. 625 de 2 de janeiro de 1899, p.47-8)

Como mencionado, os professores tinham responsabilidades sobre as matrículas nos grupos escolares onde lecionavam. Nos períodos iniciais da instalação dos grupos escolares, as frequências de alunos estiveram em conformidade com aquilo que o Governo esperava alcançar. A quantidade de alunos matriculados nos cinco grupos escolares criados até 1902 foi de 2.626 alunos, ultrapassando o número de alunos matriculados nas vinte escolas isoladas da capital, conforme o quadro a seguir:

Quadro 4 - Matrícula Escolar em 30 de junho de 1902.

Instituição	Matriculados
Grupos Escolares	2626
Escolas Isoladas	2027
Escola Modelo	280
Interior	1270
Total	6203

Fonte: PARÁ, Mensagem de 07 de setembro de 1902, p. 35

Já em 1903, vemos um grande crescimento da matrícula de alunos nos grupos escolares da capital. Algumas escolas isoladas já haviam sido extintas e novos grupos criados ou que se encontravam em fase de implantação. Conforme o quadro a seguir, percebemos esse crescimento:

Quadro 5 - Matrícula Escolar por volta de agosto de 1903.

Instituição	Matriculados
Grupos Escolares	2092
Escolas Isoladas	634
Total	2726

⁶ Palavra que significa basicamente “obrigações”, ofício, coisa necessária (Mini Aurélio, p.465).



Fonte: PARÁ, Mensagem de 07 de setembro de 1903, p. 34

A cada ano, aumentava o número de matrículas de alunos nos grupos escolares. No ano de 1904, a quantidade de alunos já era bastante expressiva, com um total de 6.591 alunos nos grupos escolares de todo o Pará, sendo 3.132 só nos grupos da capital. O 5º Grupo Escolar da capital foi um dos grupos escolares com maior número de alunos matriculados e frequentando as aulas, sendo ultrapassado apenas pelo grupo localizado à Praça Santa Luzia conforme o quadro a seguir:

Quadro 6 - Matrícula Escolar de 30 de junho de 1904.

Instituição	Matriculados
Grupo Escolar do 1º Distrito	476
Grupo Escolar do 2º Distrito	446
Grupo Escolar anexo à Escola Normal	342
Grupo Escolar José Verissimo	602
<i>Grupo Escolar à Avenida Nazaré</i>	607
Grupo Escolar à Praça Santa Luzia	659
Total	3132

Fonte: PARÁ, Mensagem de 07 de setembro de 1904, p. 47

No ano de 1905, o 5º grupo escolar já era o grupo com a maior quantidade de alunos matriculados, mantendo-se em uma espécie de competição com o grupo localizado na Praça Santa Luzia. Como já mencionado anteriormente, o prédio alugado para funcionar o grupo desempenhou um grande papel na acolhida aos alunos. As dependências do prédio, o cuidado e a preservação, provavelmente, contribuíram para tamanha procura pela instituição. Abaixo segue o quadro das matrículas em 1905:

Quadro 7 - Matrícula Escolar de 30 de junho de 1905.

Instituição	Matriculados	Frequência
Grupo E. do 1º Distrito	322	238
Grupo E. do 2º Distrito	456	296
Grupo E. da Escola Normal	358	319
Grupo E. José Verissimo	496	372
Grupo E. à Praça Santa Luzia	613	486
<i>Grupo E. à Avenida Nazaré</i>	620	435
Total	2865	2146

Fonte: PARÁ, Mensagem de 07 de setembro de 1905, p. 49

Verificando alguns pontos referentes à obrigatoriedade escolar, como a proximidade da escola, podemos inferir que as matrículas nos grupos escolares estiveram ligadas principalmente à proximidade da instituição à residência dos alunos. O 5º Grupo Escolar e o Grupo à Praça Santa Luzia



estiveram dividindo o posto de instituições com o maior número de alunos matriculados e frequentando às aulas.

Nos anos que se seguiram, as matrículas no 5º grupo escolar tiveram uma pequena queda, devido à preferência pelo grupo escolar localizado à Praça Santa Luzia. Em 1906, o 5º grupo escolar chegou a ter 603 alunos matriculados e uma frequência de 426 alunos. Em 1907, foram nele matriculados 597 alunos, desse total, 414 alunos frequentavam as aulas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, a discussão trouxe aspectos da modernidade presentes no ensino primário no Pará. Com a criação e implantação do 5º grupo escolar da capital, nomeado Barão do Rio Branco, no ano de 1906, destacamos a preocupação dos governos paraenses com o desenvolvimento educacional, visando tornar o estado do Pará um dos mais desenvolvidos do Brasil, nos moldes patrióticos e modernos que se esperava alcançar durante o período republicano. O 5º grupo escolar Barão do Rio Branco viria a se tornar um símbolo do que se pensava enquanto projeto moderno de educação: civilizado, republicano e seguindo os preceitos da ciência.

O pensamento republicano se fez presente na prática de todos do 5º grupo escolar e em todos os momentos, a República, o patriotismo e a pátria eram ovacionados. Grandes homens brasileiros, naquela época, foram homenageados nas escolas em todo o Brasil e, aqui, no 5º grupo escolar, a homenagem se traduziu no nome do Barão do Rio Branco dado à escola, reafirmando o papel da instituição não só na educação, como também na formação dos futuros republicanos.

O ensino primário se organizou de modo a atender as mudanças que estavam ocorrendo em toda a comunidade educacional, social e científica nos primeiros anos do regime republicano. Todo o processo educacional se voltava para o desenvolvimento do ensino primário com vistas a tornar realidade àquilo que tanto se falava nos discursos governamentais, tornando o 5º grupo escolar referência de educação moderna no estado, vitrine da República paraense.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

FRAGO, Antonio Viñao. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: FRAGO, Antonio Viñao.; ESCOLANO, Agustín. Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa. Tradução de Alfredo Veiga Neto. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 62 – 139.



NERY, Vitor Sousa Cunha. **Instrução Pública Primária na Província do Pará na segunda metade do século XIX**. 2013. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2013. Orientador: Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013. 2. ed. 89 p.

OLIVEIRA, Virgílio Cardoso de. **Leitura escolar A Patria Brasileira**. Bruxellas: Estabelecimento Typo-lithographico Constant Gouweloos & Cie, 1903.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares. In: **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. et al. (orgs.). Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDEBR; Sorocaba, SP: Uniso; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. (Coleção memória da educação).

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870 – 1912)**. 3 ed. – Belém: Paka-Tatu, 2010.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa**. Tempo [online]. 2009, vol.13, n.26, p. 32-55.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, Dermeval. et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. p. 101 – 141.

Fontes

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. **A Educação no Pará: Documentário**. Belém: SEDUC, 1987.

PARÁ. **Mensagem dirigida em 7 de abril de 1899 ao Congresso do Estado do Pará, pelo Dr. José Paes de Carvalho, Governador do Estado do Pará**. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2430/000002.html>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

PARÁ. **Mensagem dirigida em 1 de fevereiro de 1900 ao Congresso do Estado do Pará, pelo Dr. José Paes de Carvalho, Governador do Estado do Pará**. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2432/000002.html>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

PARÁ. **Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1902 ao Congresso Legislativo do Estado do Pará, pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado do Pará**. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2436/000002.html>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

PARÁ. **Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1903 ao Congresso Legislativo do Estado do Pará, pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado do Pará**. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2437/000002.html>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

PARÁ. **Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1904 ao Congresso Legislativo do Estado do Pará, pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado do Pará**. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2438/000002.html>>. Acesso em: 15 jun. 2016.



PARÁ. **Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1905 ao Congresso Legislativo do Estado do Pará, pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado do Pará.** Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2439/000002.html>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

PARÁ. **Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1907 ao Congresso Legislativo do Estado do Pará, pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado do Pará.** Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2441/000002.html>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

PARÁ. Decreto nº 625 de 2 de janeiro de 1899 que reorganiza o ensino primário do estado. In: PARÁ. **Atos e Decisões.** Typ. do Diário Oficial: Pará, 1899.

PARÁ. Decreto nº 874 de 11 de julho de 1900 que cria o Congresso Pedagógico no Estado do Pará. In: PARÁ. **Atos e Decisões;** Typ. do Diário Oficial: Pará, 1900.

PARÁ. **Diário oficial do Estado do Pará.** Ano X – 12º, nº 2669, Belém, 04 de julho de 1900.

PARÁ. **Relatório geral da administração apresentado ao Sr. Dr. José Paes de Carvalho, governado do estado, pelo Dr. Augusto Olympio de Araujo e Souza.** Belém do Pará: J. Chiatti & C. Editores, 1900.

SOBRE OS AUTORES

Mário Allan da Silva Lopes

Doutorando em Educação - Universidade do estado do Pará (UEPA) – Brasil. Programa de Pós Graduação em Educação - UEPA. Pesquisador do Grupo de Pesquisa História da Educação na Amazônia (GHEDA). Bolsista de Doutorado em Educação – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

E-mail: marioallan19@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6682-4633>

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França

Doutora em História, Filosofia e Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Estágio Pós-Doutoral na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) – Brasil. Orientadora de Mestrado e Doutorado. Professora Adjunta do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará. Pesquisadora e Coordenadora do Grupo de Pesquisa História da Educação na Amazônia (GHEDA).

E-mail: socorroavelino@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6974-2606>

Recebido em: 01/04/2020

Aprovado em: 28/06/2020

Publicado em: 24/04/2020

